



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL

(a) Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973. Vinculada ao Ministério da Economia, e dotada de personalidade jurídica de direito privado, seu capital pertence integralmente à União. Com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília – DF, CEP 70.040-906, sendo o seu estabelecimento industrial situado à Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200. Possui como atividade principal a fabricação de papel-moeda e moeda metálica nacionais, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, atividades de controle fiscal que tratam os artigos 27 a 30 da Lei nº 11.488/2007 e o art. 13 da Lei nº 12.995/2014, além das atividades compatíveis com suas práticas industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da CMB em 18 de agosto de 2021.

(b) COVID-19 (CORONAVÍRUS)

O Comitê Gestor de Crise e a Direção da CMB decidiram postergar a implantação da fase 4 do Plano de Retomada da CMB. A nova data estimada para a liberação do retorno de empregados com idade igual ou superior a 60 anos, é 27/07. Quanto ao retorno de todos os empregados às dependências da empresa, inclusive gestantes, lactantes e mães/pais de crianças menores que 12 anos, é 03/08.

Quanto à Fase 3, considerando o andamento da vacinação contra a Covid-19 no Estado, o Comitê de Crise decidiu revisar o Plano de Retomada, dividindo a fase 3 (fase atual) em duas etapas. O intuito da revisão é promover o retorno responsável dos moedeiros imunizados às atividades presenciais, priorizando a saúde e o bem-estar de todos.

Sendo assim, nesse primeiro momento, a CMB permanece na primeira etapa da fase 3, que não passou por qualquer alteração. Já na “fase 3A”, com previsão de implantação em 01/06, será autorizado somente o retorno dos empregados com idade igual ou superior a 60 anos que receberam a aplicação da segunda dose da vacina contra a Covid-19 há mais de 30 dias.

1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos Contábeis – (CPC), a Norma Internacional - (IAS) e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

As Demonstrações Contábeis da CMB estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas Notas Explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 327 anos de existência, 100% pública, e independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, essas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/1976 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E Nº 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31 de março de 2021 em moeda corrente nacional (R\$) e devem ser lidas em conjunto com as elaboradas ao final do exercício anterior.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

2.1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Contábeis de 31 de março de 2021, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

(PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, na mensuração subsequente, são valorados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até a sua localização atual e colocação em condições de uso e venda. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e a parcela dos custos fixos apropriados aos produtos conforme critério de rateio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido quando o valor líquido de realização na mensuração subsequente se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como: data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB, pois segundo o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, nos casos de exceção à aplicação do método de equivalência patrimonial, o item 17 (b) diz que os instrumentos de dívida ou patrimoniais da entidade quando não negociados publicamente (bolsas de valores domésticas ou estrangeiras ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais), devem ser mantidos ao seu custo histórico.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados e, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados (é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente) ou quando o valor pode ser estimado com razoável segurança.

(j) Contingências

O ativo contingente segue deliberação da Administração da CMB, consolidado em norma interna sobre o tema, reconhecendo-os como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

O passivo contingente é reconhecido quando é mais provável do que improvável que a CMB será obrigada a fazer pagamentos futuros como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

(k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor, com Provisão para Imposto de Renda à alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro fiscal que ultrapassar R\$ 240.000,00 por ano; e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

Com relação às constituições Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

avaliação dessa situação é de responsabilidade da administração da entidade e requer julgamento das evidências existentes. A ocorrência de prejuízos recorrentes constitui uma dúvida sobre a recuperabilidade do ativo diferido.

O reconhecimento de Ativo Fiscal Diferido passa, além da existência de dúvidas quanto à continuidade operacional, por outras circunstâncias que não sejam originárias do registro do ativo fiscal diferido. Tais como a inviabilidade de pressuposto sobre projeções de lucros futuros que se tornam cada vez mais imprecisos conforme o período das projeções aumenta.

A CMB, na grande maioria dos seus produtos vendidos e serviços prestados, abrange contratos com períodos limitados a um exercício.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados, pois, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

(I) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa SCORPIOS, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 3 – RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante a apuração do 1º trimestre de 2021 foram identificados valores presentes na rubrica de Produtos em Processos relacionados a fabricação de produtos com contratos já finalizados. Como as ordens de produção em questão não foram encerradas tempestivamente, esse saldo não participou da composição do custo do produto vendido no momento da venda, uma vez que ainda era mantido em Estoque de Produtos em Processo. Assim há a necessidade da recomposição dos custos dos produtos vendidos de períodos anteriores acompanhada da redução da rubrica de Produtos em Processo.

O ajuste acima mencionado gerou impacto nas Demonstrações de 2020 no montante de R\$ 48 milhões de redução na rubrica de Estoque de Produtos em Processo com conseqüente redução do Patrimônio Líquido.

As tabelas a seguir resumem o impacto nas demonstrações financeiras:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
ESTOQUES	352.512.143,26	(48.059.262,58)	304.452.880,68
PRODUTOS EM PROCESSO	87.240.614,25	(48.059.262,58)	39.181.351,67
OUTROS ESTOQUES	265.271.529,01	0,00	265.271.529,01
OUTROS	2.389.171.837,53	0,00	2.389.171.837,53
TOTAL DE ATIVOS	2.741.683.980,79	(48.059.262,58)	2.693.624.718,21
TOTAL DE PASSIVOS	1.113.656.524,01	0,00	1.113.656.524,01
CAPITAL SOCIAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
RESERVAS DE LUCRO	267.349.642,69	(48.059.262,58)	219.290.380,11
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	240.134.719,70	(48.059.262,58)	192.075.457,12
OUTROS	27.214.922,99	0,00	27.214.922,99
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	1.628.027.456,78	(48.059.262,58)	1.579.968.194,20

3.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.077.779.134,87	0,00	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(776.086.696,56)	(48.059.262,58)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	301.692.438,31	(48.059.262,58)	253.633.175,73
IV - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(514.314.325,88)	0,00	(514.314.325,88)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(212.621.887,57)	(48.059.262,58)	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	15.557.650,46	0,00	15.557.650,46
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

3.2.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	91.360.024,40	384.081.578,92	731.561.815,39	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(57.186.520,89)	(275.064.645,36)	(566.091.575,37)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	34.173.503,51	109.016.933,56	165.470.240,02	253.633.175,73
IV - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(77.701.306,31)	(138.786.155,63)	(234.892.453,97)	(514.314.325,88)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(43.527.802,80)	(29.769.222,07)	(69.422.213,95)	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	6.360.694,36	11.789.131,24	13.323.884,99	15.557.650,46
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)

3.3 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	106.919.135,37	(48.059.262,58)	58.859.872,79
ESTOQUES	(172.325.695,64)	(48.059.262,58)	(124.266.433,06)
OUTROS	(94.224.540,93)	-	(94.224.540,93)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(266.550.236,57)	(48.059.262,58)	(218.490.973,99)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	267.113.815,15	0,00	267.113.815,15
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS	107.482.713,95	0,00	107.482.713,95
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC	10.641.004,53	0,00	10.641.004,53
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	118.123.718,48	0,00	118.123.718,48

3.3.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	(20.363.069,41)	13.403.360,63	9.113.386,84	58.859.872,79
ESTOQUES	(102.428.220,95)	(138.383.839,52)	(149.231.438,76)	(124.266.433,06)
OUTROS	(22.640.713,94)	(69.264.759,31)	(76.980.324,52)	(94.224.540,93)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(125.068.934,89)	(207.648.598,83)	(226.211.763,28)	(218.490.973,99)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	90.483.406,56	144.856.225,75	138.449.706,64	267.113.815,15
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS	(54.948.597,74)	(49.389.012,45)	(78.648.669,80)	107.482.713,95
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC	15.549.140,54	15.287.891,52	13.337.035,89	10.641.004,53
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(39.399.457,20)	(34.101.120,93)	(65.311.633,91)	118.123.718,48





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

3.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
CAPITAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
INVESTIMENTOS	240.134.719,70	(48.059.262,58)	192.075.457,12
OUTROS	27.214.922,99	0,00	27.214.922,99
RESERVAS DE LUCRO	267.349.642,69	(48.059.262,58)	219.290.380,11
TOTAL	1.628.027.456,78	(48.059.262,58)	1.579.968.194,20

3.4.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
CAPITAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
INVESTIMENTOS	512.092.238,60	512.092.238,60	512.092.238,60	192.075.457,12
OUTROS	(17.689.276,07)	(17.689.276,07)	(17.689.276,07)	27.214.922,99
LUCROS ACUMULADOS	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	0,00
RESERVAS DE LUCRO	457.235.854,09	476.422.871,70	438.304.633,57	219.290.380,11
TOTAL	1.817.913.668,18	1.837.100.685,79	1.798.982.447,66	1.579.968.194,20

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	44.904.199,06	0,00	44.904.199,06
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(152.160.038,05)	(48.059.262,58)	(200.219.300,63)

3.5.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO			
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	0,00	0,00	0,00	44.904.199,06
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(200.219.300,63)





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

3.6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS	885.655.770,34	0,00	885.655.770,34
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS	508.236.265,56	48.059.262,58	556.295.528,14
OUTROS	78.029.479,58	0,00	78.029.479,58
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	586.265.745,14	48.059.262,58	634.325.007,72
VALOR ADICIONADO BRUTO	299.390.025,20	48.059.262,58	251.330.762,62
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	50.579.256,78	0,00	50.579.256,78
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.234.225,60	0,00	33.234.225,60
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	282.044.994,02	0,00	233.985.731,44

3.6.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
RECEITAS	100.487.337,46	389.993.784,57	728.254.379,66	885.655.770,34
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS	2.015.716,16	154.171.033,00	359.559.880,21	556.295.528,14
OUTROS	10.217.485,69	20.344.004,46	41.747.515,92	78.029.479,58
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	12.233.201,85	174.515.037,46	401.307.396,13	634.325.007,72
VALOR ADICIONADO BRUTO	88.254.135,61	215.478.747,11	326.946.983,53	251.330.762,62
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	12.754.910,45	25.510.332,70	38.170.172,84	50.579.256,78
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(5.376.262,08)	5.213.614,38	17.199.116,46	33.234.225,60
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	70.122.963,08	195.182.028,79	305.975.927,15	233.985.731,44

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
CAIXA/CONTAS CORRENTES	374.450,00	724.369,57
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a.1)	239.985.641,34	526.197.717,41
TOTAL	240.360.091,34	526.922.086,98

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado no quadro acima.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(a.1) – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/03/2021		31/12/2020	
	VALORES (EM R\$)	TAXA DE RENTABILIDADE	VALORES (EM R\$)	TAXA DE RENTABILIDADE
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAMERCADO)	239.985.641,34	2,3469%	526.197.717,41	3,8234%
TOTAL	239.985.641,34		526.197.717,41	

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3284 de 25 de maio de 2005 e suas alterações, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., sem prazo definido e sem taxa de penalidade em caso de resgate.

A redução se deve à queda das disponibilidades no período, devido ao deferimento de tutela requerida para autorizar a parte autora (CMB) a depositar o montante de R\$ 116.247.499,50 em conta à disposição deste Juízo as parcelas vincendas devidas, em razão do acordo homologado por sentença proferida nos autos do processo nº 0175750-85.2016.4.02.510, conforme os prazos ali estipulados, sendo tais depósitos considerados como pagamento regular para o efeito de afastar as penalidades decorrentes do inadimplemento, conforme previstas no mesmo acordo supramencionado, e à brusca redução da taxa de rentabilidade da aplicação concomitante com a redução do disponível.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS

5.1 - CONTAS A RECEBER BRUTO

CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)	36.972.533,87	24.489.821,44
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	15.474.308,63	15.474.308,63
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	12.169.492,52	11.085.921,45
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236.268,15	26.236.268,15
Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)	53.880.069,30	52.796.498,23
SUBTOTAL (AC + ANC)	90.852.603,17	77.286.319,67

Essa rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/03/2021.

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de um exercício transferidos do Ativo Circulante. Por conta desse critério, não foi aplicado o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber pela não relevância do impacto nas demonstrações.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

A rubrica apresenta variação de R\$ 13.566.283,50 evidenciada a seguir:

(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante

A variação da conta Clientes a Receber AC foi de R\$ 12.482.712,43.

A variação total de R\$ 12.482.712,43 foi, integralmente, formada pelo aumento de R\$ 9.563.538,35 e R\$ 5.034.548,04 e a concomitante redução de R\$ 2.124.001,16.

Os aumentos de R\$ 9.563.538,35 e R\$ 5.034.548,04 ocorreram basicamente pelo aumento dos saldos de contas a receber do Departamento da Polícia Federal e de vendas para o exterior para Sociedad Del Estado Casa De Moneda Argentina, respectivamente. A redução de R\$ 2.124.001,16 ocorreu em diversos outros clientes, sendo o principal deles o Ministério das Relações Exteriores.

(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante

O aumento R\$ 1.083.571,07 de Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais – ANC se refere à variação cambial de clientes do exterior do referido período.

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
Selo Digital - Parceria Pharos - AC	135.064.202,84	100.165.604,27
Selo Físico - Parceria Pharos - AC	32.701.715,60	24.637.472,06
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC (a.1)	167.765.918,44	124.803.076,33
Programa Sicobe - ANC	165.099.968,63	165.099.968,63
Programa Scorpions - ANC	12.693.214,23	12.693.214,23
Parceria Pharos - ANC	25.026.999,16	25.026.999,16
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC	202.820.182,02	202.820.182,02
SUBTOTAL (AC + ANC)	370.586.100,46	327.623.258,35

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

A rubrica apresenta variação de R\$ 42.962.842,11 evidenciada a seguir:

(a.1) Serviços Executados a Faturar – Ativo Circulante

Destaca-se a rubrica Serviços Executados a Faturar – Parceria Pharos em que a segregação busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato de prestação de serviço.

Entre os períodos de 1º de janeiro à 14 de abril de 2020, devido aos efeitos da MP 902/2019, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar passou a ser baseado em 100% leitura/contagem mensal; entretanto, com a perda da eficácia da MP, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar voltou a ser baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros SELOS FÍSICOS.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

As principais variações da rubrica no aumento R\$ 42.962.842,11 se referem ao aumento de R\$ 34.898.598,57 de Selo Digital - Parceria Pharos e de R\$ 8.064.243,54 de Selo Físico - Parceria Pharos devido ao reconhecimento dos serviços prestados e a não conciliação dos valores recebidos, pois os mesmos foram feitos pela RFB à CMB no dia 31/12/20 referente aos 2º e 3º trimestres de 2020.

5.3 – VALORES A RECEBER EC 93/2016 BRUTO

VALORES A RECEBER EC 93/2016	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
Valores a Receber EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
SUBTOTAL	311.014.931,77	311.014.931,77

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e não apresentou variação no período.

5.4 – PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para reconhecimento da PECLD o saldo de inadimplentes acima de 180 dias na integralidade dos saldos em aberto.

O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações.

Com relação aos programas de rastreabilidade de selos de bebidas e de cigarros, consideram-se clientes inadimplentes aqueles em aberto após a efetiva emissão das faturas nos respectivos períodos.

Além disso, considera-se saldo líquido de clientes inadimplentes para esses programas o saldo de inadimplentes deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

(a) PECLD – Clientes Comerciais

PECLD - CLIENTES COMERCIAIS (a)	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(2.835.441,23)	(4.526.801,64)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(15.474.308,63)	(15.474.308,63)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(12.169.492,52)	(11.085.921,45)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(10.402.952,18)	(10.402.952,18)
Subtotal - ANC	(38.046.753,33)	(36.963.182,26)
SUBTOTAL	(40.882.194,56)	(41.489.983,90)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021		607.789,34

O efeito positivo no resultado de R\$ 607.789,34 se deve à redução de R\$ 1.691.360,41 da PECLD de Clientes Comerciais do Ativo Circulante, e ao aumento de R\$ 1.083.571,07 de Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior provocado pelo efeito da variação cambial do período.

(b) PECLD – Serviços a Faturar

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR (b)	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe - ANC	(66.864.539,99)	(66.864.539,99)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorprios - ANC	(12.655.616,85)	(12.655.616,85)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(9.414.399,24)	(9.414.399,24)
Subtotal - ANC	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
SUBTOTAL	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021		0,00

Para o primeiro trimestre de 2021, segundo os critérios aplicados para apuração da PECLD, não houve efeito apurado no resultado do exercício.

(c) PECLD – Valores a Receber EC 93/2016

PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c)	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
SUBTOTAL	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021		0,00

Com relação às Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre Valores a Receber EC 93/2016, a CMB emitiu a Circular - CIR.DETED 003/2019 que define os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais, de modo a regulamentar internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018.

Cabe destacar que do valor de R\$ 311.014.931,77, R\$ 190.292.874,48 (R\$ 176.352.003,52 – programa SICOBE e R\$ 13.940.870,96 – programa SCORPIOS) se referem a parcelas que no período





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

de janeiro a agosto de 2016, já haviam sido repassadas à prestadora de serviços Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, por força de contrato.

A CMB decidiu assumir como Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa a parcela da prestadora após avaliar o teor da decisão judicial proferida no processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101.

5.5 – CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS

(a) Contas a Receber Líquido

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	36.972.533,87	24.489.821,44
(-) PECLD - AC	(2.835.441,23)	(4.526.801,64)
Subtotal - AC	34.137.092,64	19.963.019,80
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	53.880.069,30	52.796.498,23
(-) PECLD - ANC	(38.046.753,33)	(36.963.182,26)
Subtotal - ANC	15.833.315,97	15.833.315,97
TOTAL	49.970.408,61	35.796.335,77

(b) Serviços Executados a Faturar Líquido

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	167.765.918,44	124.803.076,33
Subtotal - AC	167.765.918,44	124.803.076,33
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	202.820.182,02	202.820.182,02
(-) PECLD - ANC	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
Subtotal - ANC	113.885.625,94	113.885.625,94
TOTAL	281.651.544,38	238.688.702,27

(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido

VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
(-) PECLD - ANC	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
TOTAL	0,00	0,00





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

5.6 – AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016

CLIENTES	VALORES (EM R\$)				
	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 31/03/2021
CLIENTES	31.410.785,72	0,00	5.561.748,15	53.880.069,30	90.852.603,17
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	0,00	0,00	(2.835.441,23)	(38.046.753,33)	(40.882.194,56)
SUBTOTAL	31.410.785,72	0,00	2.726.306,92	15.833.315,97	49.970.408,61
SERVIÇOS A FATURAR	167.765.918,44	0,00	0,00	202.820.182,02	370.586.100,46
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	0,00	0,00	0,00	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
SUBTOTAL	167.765.918,44	0,00	0,00	113.885.625,94	281.651.544,38
VALORES A RECEBER EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	311.014.931,77	311.014.931,77
PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	199.176.704,16	0,00	2.726.306,92	129.718.941,91	331.621.952,98

O Aging List segrega os saldos a receber em prazos de vencimentos pelos valores de Contas a Receber Bruto deduzidos dos seus respectivos saldos de PECLD.

5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	323.063,78	323.063,78
CREDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL (a)	2.528.904,78	2.414.198,13
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (b)	24.856.462,11	25.011.798,01
TOTAL	27.708.430,67	27.749.059,92

O saldo da rubrica CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB por seus empregados alocados a outros Órgãos Públicos, cujas remunerações devem ser reembolsadas à CMB pelas Instituições às quais tais empregados estão cedidos. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

Além disso, também tem utilizado desta metodologia como prática de redução dos gastos com pessoal ao disponibilizar empregados a outras entidades.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(a) Créditos por Cessão de Pessoal

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
CIFRAO FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA DA CMB	25.150,57	39.763,99
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO	326.239,76	241.991,36
MINISTERIO DO PLAN. DESENV. E GESTAO- MP	27.178,72	50.788,75
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	36.404,63	38.641,93
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE	148.812,48	153.771,73
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIAO	301.593,55	270.768,11
FUNDAÇÃO I.B.G.E.	71.050,84	48.293,46
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ.	537.793,22	687.801,86
INST.FED.EDUC.CIENC. E TECNOLOGIA DO RJ.	407.719,22	407.719,22
MINISTERIO DA ECONOMIA/FAZENDA	31.736,82	96.899,58
UGR PRO-REITORIA DE GESTAO PESSOAS UFSJ	62.324,88	48.461,72
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR - DF	209.657,35	143.032,78
SECRET.NACIONAL DE JUSTICA - SENAJUS	34.001,11	42.269,74
INT – INST. NAC. DE TECNOLOGIA	42.134,94	28.957,21
MINISTERIO DA JUSTICA SEGURANCA PUBLICA	31.716,66	37.257,03
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	58.917,19	24.011,53
COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR	123.165,78	53.768,13
AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO - ANP	34.784,54	0,00
MINISTERIO DA SAUDE	18.522,52	0,00
TOTAL	2.528.904,78	2.414.198,13

(b) Outros Créditos a Receber

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
RECOMPRA DE SELOS FÍSICOS - SRF	11.699.793,47	11.699.793,47
(-) PERDA ESTIMADA COM RECOMPRA SELOS FÍSICOS	(11.699.793,47)	(11.699.793,47)
OUTROS CÉDITOS A RECEBER	24.856.462,11	25.011.798,01
TOTAL	24.856.462,11	25.011.798,01

Na rubrica Outros Créditos a Receber, que totaliza R\$ 24.856.462,11; destacam-se R\$ 11.699.793,47, que se referem a um contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais – Selos de Controle Físico – entre a CMB e a UNIÃO, por intermédio da RFB, entretanto, devido à falta de previsibilidade no ressarcimento de tais valores, a Administração reconheceu perda estimada com recompra de Selos Físicos no valor integral da recompra.

No valor de 24.856.462,11 de Outros Créditos a Receber destacam-se as importações da HID GLOBAL CID SAS no valor de R\$ 16.039.500,02 referente à aquisição de equipamento automático para personalização de passaportes.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

5.8 – OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	1.879.945,19	2.234.652,08
TOTAL	1.879.945,19	2.234.652,08

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto nº 3.859 de 04 de julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

Em janeiro de 2021 houve o resgate do lote nº: 1.633.310 no valor de R\$ 354.706,89.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

6.1 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
ADIANTAMENTO DE 13º SALARIO	2.154.169,40	0,00
ADIANTAMENTO DE FERIAS	1.465.419,99	2.700.001,20
TOTAL	3.619.589,39	2.700.001,20

Na rubrica de Adiantamento de 13º Salário são registrados os pagamentos da 1ª parcela do 13º salário, conforme previsto no artigo 2º da Lei 4.749/1965.

Os valores referentes ao Adiantamento de Férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/1943 – que determina o pagamento até (02) dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
ICMS A RECUPERAR - AC (a)	6.523,98	0,00
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174.284,55	15.174.284,55
IPI A RECUPERAR - AC (b)	17.814,46	17.814,46
IPI A RECUPERAR - ANC (b)	10.168.153,31	10.168.153,31
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - AC (c)	39.183.693,54	32.066.341,50
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	680.123.726,75	680.123.726,75
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	4.147.135,65	4.135.922,12
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - ANC (d)	108.658.434,55	108.533.137,32
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	3.172.850,64	2.902.787,53
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret de Órgãos Públicos - AC (f)	362.797,89	356.281,68
COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	143.350.082,88	142.997.074,06
OUTROS TRIBUTOS - AC	32.684,50	32.577,07
TOTAL	1.004.398.182,70	996.508.100,35

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	31/03/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	46.923.500,66	39.511.724,36
Ativo Não Circulante	957.474.682,04	956.996.375,99
TOTAL	1.004.398.182,70	996.508.100,35

PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174.284,55)	(15.174.284,55)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(10.168.153,31)	(10.168.153,31)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(18.555.585,27)	(18.555.585,27)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999.087,99)	(22.999.087,99)
TOTAL	(66.897.111,12)	(66.897.111,12)

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LÍQUIDOS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	46.923.500,66	39.511.724,36
Ativo Não Circulante	957.474.682,04	956.996.375,99
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(66.897.111,12)	(66.897.111,12)
Subtotal - ANC	890.577.570,92	890.099.264,87
TOTAL	937.501.071,58	929.610.989,23

(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR

O saldo de ICMS a Recuperar de R\$ 6.523,98 do Ativo Circulante se refere a créditos na aquisição de insumos aplicados na produção. O valor de R\$ 15.174.284,55 no Ativo Não Circulante se refere a créditos sem perspectiva de realização, pois segundo revisão dos procedimentos fiscais e diagnóstico fiscal dos saldos tributários identificou-se que não há disposição legal expressa ou documentação apta





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB. Tal fato reside na tomada de crédito sobre energia elétrica destinada à industrialização.

Dessa forma, a CMB constituiu Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar no valor de R\$ 15.174.284,55, pois para tais créditos não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para serem caracterizados como Ativo.

(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, em sua escrita fiscal, decorrentes da compensação com os débitos nas saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

O valor de R\$ 17.814,46 de IPI a Recuperar no Ativo Circulante é proveniente de créditos tributários na aquisição de matéria-prima e serviços utilizados na fabricação/serviços com exclusividade, conforme legislação vigente.

Para o saldo de IPI a Recuperar no valor de R\$ 10.168.153,31 no Ativo Não Circulante, há falta de perspectiva de realização, pois existem precedentes administrativos e/ou judiciais contra o procedimento adotado pela CMB, e não há documentação apta a suportá-lo ou este é divergente aos valores encontrados. Tal fato reside na tomada de crédito sobre Insumos para Passaporte, pois tal atividade é considerada prestação de serviço.

Dessa forma, a CMB constituiu Perda Estimada com Realização de IPI a Recuperar, R\$ 10.168.153,31, pois para tais créditos não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para serem caracterizados como Ativo.

(c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS

Os valores de COFINS E PIS A RECUPERAR, R\$ 680.123.726,75 e R\$ 39.183.693,54, respectivamente, são provenientes da aquisição de matéria-prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente.

A variação dessa rubrica refere-se ao saldo dos créditos de insumos apurados no exercício.

A rubrica Perda Estimada com Créditos Tributários a Recuperar de PIS e COFINS no valor de R\$ 18.555.585,27 refere-se à COFINS do período do 4º Trimestre de 2010 e 1º Trimestre de 2011, e ao PIS do 1º Trimestre de 2010, pois não houve oportunidade de se fazer, à época, Pedido de Restituição, visto que a Casa da Moeda do Brasil (CMB) encontrava-se em período de Autuação Fiscal.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(d) IR E CSLL A RECUPERAR - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A CMB, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o longo prazo dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição.

A Rubrica IR e CSLL A RECUPERAR no Ativo Circulante refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios emitidos.

Os valores de R\$ 4.147.135,65 e R\$ 108.658.434,55 do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar são referentes, respectivamente, a créditos tributários acumulados provenientes de saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. A variação dos saldos das contas refere-se à DCOMP do período utilizadas para compensações com os Saldos Negativos de IRPJ/CSLL.

(e) IRRF A COMPENSAR – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica IRRF A COMPENSAR – Aplicações Financeiras refere-se a IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras.

(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A rubrica IRRF E A CSLL A COMPENSAR – Retenção de Órgãos Públicos está baseada na isenção tributária da CMB no faturamento decorrente, da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE, disposto no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo credor de R\$ 143.350.082,88 apurado sobre COFINS e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos é decorrente do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, Departamento de Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas, atualizados pela SELIC.

Foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 22.999.087,99. Tal perda é relativa a pedidos de ressarcimento realizados fora do prazo legal. Esses valores ainda não apresentam julgamento, nem mesmo em esfera administrativa das autoridades competentes, mantendo-se o processo de cobrança ora em curso.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

NOTA 8 – ESTOQUES

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020 REAPRESENTADO
PRODUTOS ACABADOS	145.655.589,37	102.066.553,98
PRODUTOS EM PROCESSO	79.136.707,12	39.181.351,67
MATÉRIA-PRIMA	161.271.590,26	177.594.116,80
ALMOXARIFADO	19.041.477,26	18.484.885,14
MATERIAIS EM PODER DE TERCEIROS	147.800,44	5.918,94
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	2.240.959,44	32.486,41
MATERIAL DE EMBALAGEM	5.079.650,36	4.831.089,47
(-) PERDA ESTIM P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO (a)	(37.743.521,73)	(37.743.521,73)
TOTAL	374.830.252,52	304.452.880,68

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

As rubricas de Produtos Acabados e de Produtos em Processo apresentam aumento devido a continuidade da produção de Cédulas no início do exercício, diferentemente do exercício anterior, com destaque para Cédulas do Contrato da Argentina. A variação natural na rubrica de Matéria-Prima é explicado pela transição entre exercícios e início das tratativas para atender as demandas de 2021.

O impacto da reapresentação pode ser visualizado na Nota 3.

(a) Perda Estimada por Redução ao Valor Realizável Líquido

No exercício de 2020 foi constituída provisão para perda estimada de estoque de matéria-prima de cartão no montante de R\$ 19.968.045,95 em virtude da impossibilidade de aplicação desse material nos atuais produtos da CMB. Também houve reversão de R\$ 4,1 milhões, constituídos em 2019, devido a reaproveitamento de tintas planejado para 2021.

NOTA 9 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

(a) Praticamente Certos

A CMB alterou o critério de contabilização de Ativos Contingentes Praticamente Certos, consolidado em norma interna, com aprovação em 15/07/2020, para reconhecê-los como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

Com base nesse novo critério, a CMB reverteu os valores ora constituídos em suas Demonstrações Contábeis até a data; entretanto, mantendo sua divulgação em Nota Explicativa.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

	VALORES (EM R\$)	
PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	31/03/2021	31/12/2020
PROCESSOS PRATICAMENTE CERTO	24.629.993,46	24.465.123,10
TOTAL	24.629.993,46	24.465.123,10

(b) Provável Ocorrência

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico, e classificados como sendo provável o ingresso de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis do 1º trimestre de 2021, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

	VALORES (EM R\$)	
PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	31/03/2021	31/12/2020
PROCESSOS PROVÁVEIS	125.541.168,17	125.114.644,99
TOTAL	125.541.168,17	125.114.644,99

NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

10.1 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	VALORES (EM R\$)	
TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	31/03/2021	31/12/2020
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
FACEPA	0,00	99.313,93
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
BETA SA	11.284,47	11.284,47
TOTAL	469.825,99	569.139,92

Representam Investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidas em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

Em janeiro de 2021 houve o resgate dos títulos da FACEPA no valor de R\$ 99.313,93 atualizados monetariamente.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

VALORES (EM R\$)

	31/03/2021	31/12/2020
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO		
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(469.825,99)	(569.139,92)
TOTAL	(469.825,99)	(569.139,92)

Após o resgate dos títulos da FACEPA, houve a atualização da Provisão para Perda de Investimentos Temporários no valor de R\$ 469.825,99 constituída para ajustar os valores desses investimentos ao valor de realização no mercado.

10.2 – INVESTIMENTOS

VALORES (EM R\$)

INVESTIMENTOS	31/03/2021	31/12/2020
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	1.669.906,59	1.669.906,59
(-) PERDA ESTIM. C/ INVEST POR INCENTIVOS FISCAIS	(1.663.871,65)	(1.663.818,32)
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	490.966,91	490.966,91
TOTAL	497.001,85	497.055,18

Representam Certificados de Investimento provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto nº 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

O ajuste ao valor de mercado implicou perdas estimadas para redução do investimento de R\$ 1.663.871,65.

NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

11.1 – IMOBILIZADO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e das Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

VALORES (EM R\$)

ITENS	31/03/2021	31/12/2020
IMOBILIZADO	1.491.934.481,91	1.491.840.521,91
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.139.304.513,55	1.139.210.553,55
INSTALAÇÕES	146.509.400,62	146.509.400,62
EDIFÍCIOS	124.655.397,87	124.655.397,87
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	28.093.811,52	28.093.811,52
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	47.720.713,70	47.720.713,70
VEÍCULOS	1.766.906,76	1.766.906,76
TERRENOS	3.883.737,89	3.883.737,89
(-) DEPRECIÇÃO	(956.022.949,21)	(944.634.196,29)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(9.350.811,57)	(9.350.811,57)
IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO	5.582.336,67	4.504.692,12
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	726.377,66	253.729,10
OBRAS EM ANDAMENTO	4.541.816,86	3.936.820,87
IMOBILIZAÇÕES DE PROJETOS EM ANDAMENTO	314.142,15	314.142,15
IMOBILIZAÇÕES DE IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	0,00	0,00
TOTAL	532.143.057,80	542.360.206,17

(a) Imobilizado

Custo de Aquisição	Máquinas e	Instalações	Edifícios	Móveis e	Computadores e	Veículos	Terrenos	Total
	Equipamentos			Utensílios	Periféricos			
Saldo Inicial - 2021	1.139.210.553,55	146.509.400,62	124.655.397,87	28.093.811,52	47.720.713,70	1.766.906,76	3.883.737,89	1.491.840.521,91
Imobilizações	93.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.960,00
- Imobilizações em Andamento	93.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.960,00
- Importações em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação	(652.849.961,98)	(139.116.954,16)	(97.893.671,78)	(22.191.055,08)	(42.383.517,45)	(1.587.788,76)	0,00	(956.022.949,21)
Perda por redução ao valor de recuperação	(9.349.594,06)	0,00	0,00	(1.217,51)	0,00	0,00	0,00	(9.350.811,57)
Saldo Final - 2021	477.104.957,51	7.392.446,46	26.761.726,09	5.901.538,93	5.337.196,25	179.118,00	3.883.737,89	526.560.721,13

1) Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento

(b) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

1) O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação/Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 11.872.759,90 e a Depreciação/Amortização segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 17.104.159,52.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são Edifícios: 25 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Utensílios 10 anos; Computadores e periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/03/2020
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	17.104.159,52	24.260.386,19
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(11.872.759,90)	(12.754.913,12)
RESULTADO	5.231.399,62	11.505.473,07

2) O valor total no exercício de 2021 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007, dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação/Amortização fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 9.078.595,74; e (b) Depreciação/Amortização administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 2.794.164,66.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (*Impairment*)

A companhia avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera caixa, geração essa que é em grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC).

Após a realização do Teste de Impairment, a empresa constatou que bens do grupo de ativos “Máquinas e Equipamentos”, que montam o valor líquido contábil de R\$ 9.349.594,06, e do grupo de ativos “Móveis e Utensílios”, que montam o valor líquido contábil de R\$ 1.217,51, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos foram descontinuados da operação da CMB não fluindo, portanto, quaisquer benefícios econômicos à CMB.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

(d) Imobilizações em andamento

Custo de Aquisição	Imobilizações em Andamento	Imobilizações de Importações em Andamento	Obras em Andamento	Imobilizações de Projetos em Andamento	Total
Saldo Inicial - 2021	253.729,10	0,00	3.936.820,87	314.142,15	4.504.692,12
Aquisições	566.608,56	0,00	604.995,99	0,00	1.171.604,55
Transferências para Ativo Imobilizado	(93.960,00)	0,00	0,00	0,00	(93.960,00)
- Máquinas e Equipamentos	93960,00	0,00	0,00	0,00	93.960,00
- Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Computadores e Periféricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bens Lançados em Despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devoluções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final - 2021	726.377,66	0,00	4.541.816,86	314.142,15	5.582.336,67

1) A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, o ativo estará pronto para uso e alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

A conta “Imobilizações em Andamento”, encerrou o primeiro trimestre do exercício de 2021, com o saldo de R\$ 726.377,66 , no qual desse montante o valor de R\$ 485.027,95 se refere à aquisição Máquina Computadorizada para Impressão a Laser de Cartões, adquirida através do contrato nº 0672 de 2020. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

2) A conta “Obras em Andamento”, encerrou o primeiro trimestre do exercício de 2021, com o saldo de R\$ 4.541.816,86, no qual desse montante o valor de R\$ 2.714.639,02 se refere à Reforma do Sistema Elétrico de Potência das Subestações Unitárias dos Prédios 0400, 0500, 0700 e 0800 do Parque Industrial da CMB, adquirido através do Contrato nº 00137 de 2019. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

3) Ao longo do primeiro trimestre do exercício de 2021 a CMB, em acompanhamento dos bens em andamento, validou a ativação de R\$ 93.960,00 para o Ativo Imobilizado.

4) A conta “Imobilizações de Projetos em Andamento”, possui o valor de R\$ 314.142,15, classificado anteriormente na conta Imobilizações em Andamento. Isso ocorreu para melhor controle referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

11.2 – INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
INTANGÍVEL	49.233.102,15	49.233.102,15
SOFTWARE	49.233.102,15	49.233.102,15
(-) AMORTIZAÇÃO	(44.936.754,48)	(44.452.747,50)
TOTAL	4.296.347,67	4.780.354,65

(a) Intangível

Custo de Aquisição	Software		Total
	Software	Total	
Saldo Inicial - 2021	49.233.102,15		49.233.102,15
Aquisições	0,00		0,00
- Imobilizações em Andamento	0,00		0,00
- Importações em Andamento	0,00		0,00
- Obras em Andamento	0,00		0,00
- Projetos em Andamento	0,00		0,00
Baixas	0,00		0,00
Amortizações	(44.936.754,48)		(44.936.754,48)
Perda por redução ao valor de recuperação	0,00		0,00
Saldo Final - 2021	4.296.347,67		4.296.347,67

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

- 1) O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;
- 2) O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e
- 3) A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(b) Amortização

1) O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 484.006,98.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

2) O valor total no exercício de 2021 da amortização apurada pelo método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica dividiu-se da seguinte forma: (a) Amortização fabril utilizada diretamente em custos - R\$ 622,48; e (b) Amortização administrativa utilizada na área de apoio - R\$ 484.006,98.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (*Impairment*)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1 (c).

NOTA 12 – CONTAS A PAGAR

12.1 – FORNECEDORES

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
NACIONAIS (a)	128.429.336,69	128.894.291,34
EXTERIOR (b)	31.765.398,20	12.660.633,54
TOTAL	160.194.734,89	141.554.924,88

(a) Nacionais

FORNECEDORES NACIONAIS	31/03/2021	31/12/2020
Sicpa Brasil Industria de Tintas e Sistemas Ltda	79.659.996,54	79.659.996,54
Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	19.224.490,35	28.321.813,77
Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas	12.653.882,94	2.413.485,85
Três S Ferramentas de Precisão Ltda	9.020.801,54	9.883.055,97
Outros	6.195.186,01	6.913.543,12
Up Brasil Administração e Serviços Ltda	839.960,59	850.218,59
Expresso União Ltda	835.018,72	852.177,50
TOTAL	128.429.336,69	128.894.291,34

Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis. As variações ocorridas na rubrica Fornecedores Nacionais decorrem da liquidação de faturas de papéis destinados a impressão de Cédulas, referente à produção para o BACEN pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor da empresa Três S Ferramentas de Precisão Ltda. se refere à aquisição de discos, insumo para a produção.

No caso Empresa Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre principalmente da nota fiscal 395, registrada em 2019, no montante de R\$ 65,7 milhões e das notas fiscais 400 e 401 no total de R\$ 13,9 milhões cujos pagamentos foram feitos através de depósitos judiciais e a liquidação está sendo discutida judicialmente, por orientação da Controladoria Geral da União – CGU.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

Quanto a Empresa Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre de Notas com prazo de vencimento para abril de 2021.

(b) Exterior

	VALORES (EM R\$)	
FORNECEDORES EXTERIOR	31/03/2021	31/12/2020
HID Global CID SAS	17.103.504,65	8.035.073,24
KBA Notasys	3.680.024,68	3.418.422,35
Leonard Kurz Stiftu	4.611.018,12	0,00
Outros	6.370.850,75	1.207.137,95
TOTAL	31.765.398,20	12.660.633,54

Nesta rubrica são registrados principalmente insumos para confecção de Passaportes; Cédulas e Moedas. O aumento no saldo da conta refere-se a peças de reposição para equipamentos fabris do Departamento de Cédulas e Moedas da empresa KBA Notasys e insumos para passaportes das empresas HID Global Cid SAS e Leonard Kurz Stiftu.

12.2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	VALORES (EM R\$)	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/03/2021	31/12/2020
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV - PC	6.064.097,54	7.108.837,18
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA - PC	3.253.256,60	2.100.906,50
OUTRAS CONTAS A PAGAR - PNC	18.794.224,83	18.794.224,83
TOTAL	28.111.578,97	28.003.968,51

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	9.317.354,14	9.209.743,68
Passivo Não Circulante	18.794.224,83	18.794.224,83
TOTAL	28.111.578,97	28.003.968,51

O valor de R\$ 18.794.224,83 constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017 e PDV-2019.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

NOTA 13 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
PESSOAL A PAGAR	250.872,13	243.441,02
INSS A RECOLHER	6.575.222,48	6.596.641,51
FGTS A RECOLHER	1.583.764,29	2.408.622,92
IRRF - EMPREGADOS	2.563.931,90	5.565.348,30
SESI E SENAI A RECOLHER	517.852,85	523.224,93
TOTAL	11.491.643,65	15.337.278,68

O valor de R\$ 11.491.643,65 corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos.

A principal variação da rubrica, no valor de R\$ 3.001.416,40, se refere ao IRRF de empregados sobre 13º salário.

(b) Férias, 13º Salário e encargos sociais

FÉRIAS 13º SALÁRIO E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
FÉRIAS E 13º SALÁRIOS A PAGAR	30.512.220,14	27.514.255,11
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	11.523.965,14	10.419.673,17
TOTAL	42.036.185,28	37.933.928,28

As Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário no valor de R\$ 42.036.185,28 foram realizadas em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

(c) Maior e Menor Remuneração de Empregados

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
MAIOR REMUNERAÇÃO	33.656,50	30.546,64
REMUNERAÇÃO MÉDIA	8.930,21	8.958,03
MENOR REMUNERAÇÃO	2.629,73	2.527,35

Em março de 2021 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 33.656,50 e a menor foi de R\$ 2.629,73. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 8.930,21. Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

NOTA 14 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	3.675.944,37	3.675.944,37
TOTAL	3.675.944,37	3.675.944,37

Em virtude do impacto da ADE RFB 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBE a partir de 13 de Dezembro de 2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle; e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB no exercício de 2017, 2018, 2019 e 2020 não houve lucro líquido nos exercícios que originassem participação nos resultados dos respectivos anos. O saldo da rubrica refere-se a exercícios anteriores de Participação dos Empregados no Lucro.

NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	104.795,40	89.678,15
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ORGÃOS PÚBLICOS - PC (b)	2.977.512,70	2.383.964,20
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.034.358,96	1.086.551,93
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	8.514.841,36	8.474.441,82
IPI A RECOLHER - PC (d)	926.447,29	926.447,29
IPI A RECOLHER - PNC (d)	5.139.710,43	5.115.324,55
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	248.761,15	196.677,51
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	21.918,32	26.791,35
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.793.865,16	1.779.219,43
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.714.703,20	1.714.130,25
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373.147,85	373.023,17
IMPOSTO IMPORTAÇÃO A RECOLHER - PC (h)	3.154.997,64	3.154.249,54
TOTAL	26.005.059,46	25.320.499,19
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	12.350.507,67	11.730.732,82
Passivo Não Circulante	13.654.551,79	13.589.766,37
TOTAL	26.005.059,46	25.320.499,19

(a) INSS - Fornecedores de Serviços

A rubrica apresenta os valores retidos de Inss sobre a prestação de Serviços conforme Instrução Normativa RFB n° 971/2009, em seu art.112, que cita que a empresa contratante de serviços prestados





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.

(b) Tributos Federais Retidos por Órgão Público

A rubrica apresenta os valores retidos segundo o art. 2º da Instrução Normativa da RFB 1234/2012 citando que ficam obrigados as empresas pública a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

(c) ICMS a Recolher

O saldo de R\$ 1.034.358,96 do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores a recolher e que foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

Já o saldo de R\$ 8.514.841,36 corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(d) IPI a Recolher

O saldo de R\$ 926.447,29 do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores a recolher e que foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

Já o saldo de R\$ 5.139.710,43 corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(e) ICMS – Diferencial de Alíquota a Recolher

A rubrica apresenta os valores apurados de Icms – DIFAL regidos pelo Decreto 27.427/2000 – RICMSRJ, Emenda Constitucional 87/15 e convênios.

(f) ISS Retido de Terceiros e ISS sobre Movimento Econômico

A rubrica apresenta os valores retidos de Iss de Terceiros conforme art. 1º da Lei Complementar 116/2003, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, além do Decreto Lei nº 28.248/2007 e da Resolução 2.515/2007 do Município do Rio de Janeiro.

Dentre o valor de R\$ 1.793.865,16 de ISS sobre Movimento Econômico há a parcela de R\$ 1.766.909,89 que se refere aos efeitos dos valores a recolher depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(g) COFINS e PASEP a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Artigo 3º, II da Lei 10.833/2003 e no Artigo 172 § 1º, II da IN RFB1.911/2019. Cabe ressaltar que os saldos de R\$ 1.714.130,25 e R\$ 373.023,17 de Cofins e Pis, respectivamente, foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

(h) Imposto de Importação a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Decreto-Lei Nº 37/1966 que regulamenta o imposto sobre importação incidente sobre mercadorias estrangeiras tendo como fato gerador a entrada no território nacional. Cabe ressaltar que o saldo de R\$ 3.154.249,54 foi depositado judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	31/03/2021	REAPRESENTADO	
		31/12/2020	31/12/2020
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	(3.081.784,68)	(245.123.499,69)	(197.064.237,11)
Alíquota Normal	34,00%	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	0,00	0,00	0,00
Adições / Exclusões	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2020
Provisão/Reversão Teste de Impairment	0,00	2.866.014,39	2.866.014,39
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	860.831,08	19.253.539,50	19.253.539,50
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(607.789,34)	203.789.338,81	203.789.338,81
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(99.260,60)	(2.315,55)	(2.315,55)
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	0,00	16.313.871,23	16.313.871,23
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	0,00	(4.828.528,24)	(4.828.528,24)
Dividendos Recebidos	(99.413,32)	(17.081,46)	(17.081,46)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(13.104.857,65)	(217.103.913,21)	(265.163.175,80)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	0,00	(126.555,71)	(126.555,71)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(5.231.399,62)	(38.751.955,71)	(38.751.955,71)
Multas não Dedutíveis	0,00	256.994,61	256.994,61
Provisão Estimada p/ Perda de Estoques	0,00	27.497.538,55	27.497.538,55
Provisão de Passivos de ICMS/IPI	64.785,42	364.207,55	364.207,55
Auxílio Moradia	5.940,00	74.048,94	74.048,94
TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(18.211.164,03)	9.585.203,70	(38.474.058,88)
BASE DE CÁLCULO LALUR	(21.292.948,71)	(235.538.295,99)	(235.538.295,99)
Imposto de Renda e Contribuição Social	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2020
Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00	0,00
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

No 1º trimestre de 2021, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

O impacto da reapresentação pode ser visualizado na Nota 3.

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
BANCO CENTRAL DO BRASIL (a)	0,00	48.518.592,35
SRF - PORTARIA 480 (b)	67.017.253,10	67.017.253,10
SOCIEDADE DEL ESTADO (c)	6.970.850,63	26.436.895,02
SRF - SELO FÍSICO (d)	4.510.437,46	4.510.437,46
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA (e)	6.025.489,60	6.025.489,60
DIVERSOS CLIENTES (f)	1.680.577,84	3.507.020,18
TOTAL	86.204.608,63	156.015.687,71

(a) Banco Central do Brasil

A redução no saldo da rubrica se refere à baixa do adiantamento feito pelo Banco Central no final de dezembro de 2020 para entrega dos produtos durante o mês de janeiro de 2021.

(b) SRF- Portaria 480

O saldo da rubrica se refere ao recebimento de valores, conforme Portaria MF 480/2018, ao final de dezembro de 2020, ainda pendentes de conciliação.

(c) Sociedade del Estado

O redução no saldo da rubrica se refere à baixa de adiantamentos do acordo contratual para fornecimento de cédulas ao Banco Central da Argentina.

(d) Programa SICOBÉ/SCORPIOS e SELOS FÍSICOS

O valor de R\$ 4.510.437,46 refere-se a recebimentos dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

(e) Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor de R\$ 6.025.489,60 refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis na ordem de 25% do contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da contratante para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(f) Diversos Clientes

O valor de R\$ 1.680.577,84 refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha pendentes de conciliação.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)	
PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	31/03/2021	31/12/2020
SICOBÉ - CUSTOS - PNC (a)	318.079.756,52	318.079.756,52
ENVASADORES -CUSTOS - PNC (b)	18.117.821,45	18.117.821,45
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (c)	45.499.982,84	45.499.982,84
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (d)	91.146.521,78	74.643.668,28
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PNC (d)	75.428.997,65	79.425.233,35
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (e)	31.473.707,10	26.381.805,29
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PNC (e)	7.089.531,27	7.089.531,27
TOTAL	586.836.318,61	569.237.799,00
PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	122.620.228,88	101.025.473,57
Passivo Não Circulante	464.216.089,73	468.212.325,43
TOTAL	586.836.318,61	569.237.799,00

(a) Sicobe - Custos

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - SICOBÉ.

O saldo de R\$ 318.079.756,52 refere-se ao inadimplemento do programa SICOBÉ que corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual do contrato. Devido à falta de pagamento por parte dos Envasadores, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

(b) Envasadores - Custos

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas – SICOBÉ no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas.

O saldo de R\$ 18.117.821,45 corresponde ao saldo de inadimplentes do programa SICOBÉ relativo ao período de setembro de 2013 a dezembro de 2014 e que por falta de recebimento não foi repassado à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

(c) Scorpios - Custos

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - SCORPIOS.

O saldo de R\$ 45.499.982,84 refere-se ao inadimplimento do programa SCORPIOS, que corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual de contrato. Devido à falta de pagamento por parte dos Fumageiros, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

(d) Parceria Pharos - Custos

A rubrica refere-se ao maior valor possível de ressarcimento à parceira conforme estipulado no contrato em Matriz de Custo Pré-aprovada – MCPA.

Os saldos de R\$ 91.146.521,78 e 75.428.997,65 dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se ao custo máximo contratual do período de setembro de 2018 a março de 2021, conforme estipulado no contrato Parceria Pharos, através MCPA, deduzidos dos repasses dos custos efetivamente comprovados pela parceira.

(e) Parceria Pharos – Resultado

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de resultados que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados.

O saldo de R\$ 31.473.707,10 e R\$ 7.089.531,27, dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se a parcela estimada do lucro da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de lucros que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados da parceria.

NOTA 19 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Contingentes prováveis

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 46.266.880,42 foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável a saída de recursos, segundo composição abaixo:

CONTINGENTES PROVÁVEIS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
TRABALHISTAS	30.467.425,01	29.622.311,60
CÍVEIS	15.799.455,41	15.783.737,74
TOTAL	46.266.880,42	45.406.049,34





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(b) Contingentes possíveis

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis apresenta valores que não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2020, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

CONTINGENTES POSSÍVEIS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
TRABALHISTAS	45.488.902,20	45.412.902,20
CÍVEIS	41.902.017,00	109.832.017,75
TOTAL	87.390.919,20	155.244.919,95

NOTA 20 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	21.711.494,01	15.634.582,49
JUDICIAL - CÍVIL (b)	163.253.236,03	52.966.745,05
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (c)	8.990.711,66	8.990.711,66
TOTAL	193.955.441,70	77.592.039,20

(a) Depósito Judicial - Recursal Trabalhista

Os valores dos depósitos recursais efetuados pela CMB foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31 de março de 2021.

(b) Depósito Judicial - Cível

O saldo desta rubrica refere-se basicamente aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera cível e ao processo 5051577-93.2019.4.02.5101, tendo como ré a empresa SICPA BRASIL LTDA. Dessa forma, procedeu o depósito judicial no dia 12/02/2021 no valor total de R\$ 102.338.148,00 e as demais parcelas sendo recolhidas nos meses subsequentes.

(c) Depósito Judicial - Tributário

O saldo de R\$ 8.990.711,66 refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB ajuizou ação em face do Estado do RJ, processo 5013693-93.2020.4.02.5101 (7ª VFRJ), com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação aos tributos estaduais incidentes nas suas atividades-fim, especialmente o ICMS sobre selos fiscais no período de vigência da MP 902.

No aludido processo a CMB realizou os depósitos judiciais pertinentes ao ICMS do período em referência (março a junho), obtendo assim a liminar/tutela antecipada para suspender a exigibilidade





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

do crédito na forma do art. 151, II, do CTN. Contudo, a Fazenda Estadual vem, em descumprimento à decisão judicial, causando embaraços à CMB com a negativa em expedir a certidão de regularidade fiscal. Ocorre ainda, que o Juízo da 7ª VFRJ recentemente declarou sua incompetência absoluta em favor do STF, e a CMB e o Estado do RJ concordaram com a remessa dos autos ao STF, situação que à princípio seria impeditivo para prolação de novas decisões por aquele magistrado, e o processo ainda não migrou para o sistema do STF, o que também é um dificultador de manifestação daquela Corte.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/12/2020 REAPRESENTADO
CAPITAL SOCIAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
RESERVA LEGAL	18.576.654,14	18.576.654,14
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	192.075.457,12	192.075.457,12
RESERVA ESPECIAL	14.291.822,11	14.291.822,11
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADO	(13.409.118,96)	0,00
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(5.653.553,26)	(5.653.553,26)
TOTAL	1.566.559.075,24	1.579.968.194,20

A composição do Patrimônio Líquido apresenta-se pelas contas Capital Social, Reservas de Lucro, Prejuízos Acumulados e Superávit (Déficit) Atuarial de Outros Resultados Abrangentes do Plano de Previdência Complementar dos Empregados da CMB, que possui revisão atuarial anualmente.

O impacto da rerepresentação pode ser visualizado na Nota 3.

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As informações apresentadas referem-se ao período findo em 31 de março de 2021 e 2020.

(a) Receita Líquida

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/03/2020
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (1)	57.192.275,19	7.984.034,38
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (2)	80.814.851,28	0,00
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (3)	30.420.371,41	79.498.796,14
SERVIÇOS A FATURAR (4)	34.898.598,57	15.501.965,90
OUTRAS VENDAS (5)	11.106,20	6.022,80
FATURAMENTO BRUTO	203.337.202,65	102.990.819,22
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (6)	23.434.294,70	11.630.794,82
RECEITA LÍQUIDA	179.902.907,95	91.360.024,40





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

1. Nesta rubrica são apresentados basicamente os valores de cédulas, moedas, medalhas e selos dos Correios para o mercado nacional. A variação de R\$ 49.208.240,81 se refere à produção de Cédulas do contrato de 2020 concluído no primeiro trimestre de 2021.
2. Nesta rubrica são apresentados os faturamentos de cédulas para o exterior. O aumento de R\$ 80.814.851,28 se refere ao contrato de exportação de cédulas para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina.
3. Nesta rubrica são apresentados valores de serviços prestados sobre a emissão de passaportes, carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais e selos de rastreabilidade no período abrangido pelos efeitos da MP 902/2019. A redução de R\$ 49.078.424,73 se refere ao líquido entre o aumento de R\$ 7.197.915,88 da venda de serviços de exclusividade; e às quedas de R\$ 27.696.615,90 de serviços de rastreabilidade, devido a MP 902/19, R\$ 28.356.739,88 da venda de Passaportes, devido a pandemia mundial, e R\$ 222.984,83 de demais serviços.
4. Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade. A variação decorre dos efeitos da MP 902/19 conforme explicitado no item 3.
5. Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, etc.
6. Nesta rubrica são apresentados os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 11.803.499,88 se refere à redução de R\$ 11.034.031,15 de tributos incidentes sobre as vendas no período da MP 902/19 em que os produtos e os serviços passaram a ser tributados devido à perda da exclusividade e ao aumento de R\$ 23.107.531,03 por vendas canceladas devido à problemas no embarque no mês de janeiro de 2021 para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina.

(b) Custos de Produção

CUSTOS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/03/2020
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	123.305.589,60	57.186.520,89
TOTAL	123.305.589,60	57.186.520,89

Nesta rubrica são apresentados os custos decorrentes da fabricação de produtos vendidos e serviços prestados no período. O aumento de seu montante ocorre em decorrência, principalmente, das entregas das cédulas do meio circulante nacional e das cédulas do contrato com a Argentina, diferentemente do período anterior, no qual as entregas começaram a ocorrer no mês de Abril. Também participa do aumento do montante dessa rubrica o melhor reconhecimento, como provisão, dos custos da Parceria Pharos, que passou a ser registrado pelo valor máximo da Matriz de Custos Pré-Aprovados. Bem como o reconhecimento do resultado desta parceria, conforme Nota 18.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021

(c) Despesas Operacionais e Administrativas

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM R\$)	
	31/03/2021	31/03/2020
PESSOAL (1)	49.834.140,08	43.672.596,97
MATERIAIS (2)	2.509.030,78	999.077,23
SERVIÇOS (3)	11.255.807,64	8.560.109,24
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO (4)	2.794.164,66	2.990.284,73
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (5)	523.128,65	275.590,72
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) (6)	3.679.862,48	21.203.647,42
TOTAL	70.596.134,29	77.701.306,31

1. A variação líquida de R\$ 6.161.543,11 se refere ao aumento total R\$ 17.111.661,30; desses, R\$ 10.950.118,19 foram aplicados em custo de produção.
Tal aumento é composto basicamente por despesa de pessoal e encargos por conta do Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2020: Salários R\$ 1.345.966,92, Horas Extras R\$ 5.154.776,65, INSS R\$ 1.812.519,71 e FGTS R\$ 665.527,39; além de outros benefícios, tais como: Auxílio Creche R\$ 1.034.760,24, Transporte de Empregados R\$ 1.698.065,48, Assistência Médica e Odontológica R\$ 2.709.156,60 e Vale Alimentação R\$ 2.373.049,45. Vale ressaltar, que o impacto foi provocado pelo fato de que, até o final do primeiro semestre de 2020 não havia Acordo Coletivo assinado e todas as cláusulas do antigo Acordo foram reduzidas aos dispositivos legais da CLT.
2. A variação líquida de R\$ 1.509.953,55 se refere ao aumento total de R\$ 4.399.889,25; desses, R\$ 2.889.935,70 foram aplicados em custo de produção.
Tal aumento se refere basicamente à aquisição de matéria-prima nacional no valor de R\$ 3.438.640,39;
3. A variação líquida de R\$ 2.695.698,40 se refere ao aumento total de R\$ 3.566.109,30; desses, R\$ 870.410,90 foram aplicados em custo de produção.
Tal aumento se refere basicamente a Despesas com Tecnologia da Informação R\$ 2.456.469,16, Água e Esgoto R\$ 631.138,53, Energia Elétrica R\$ 1.472.290,76 e Manutenção e Conservação de Equipamentos R\$ 220.165,80. Além disso, houve a redução de Manutenção e Conservação Imóveis R\$ 669.173,57, Aluguel de Veículos R\$ 265.875,80, Aluguel de Bens Móveis e Intangíveis R\$ 116.166,42 e Seguro de Risco Patrimoniais R\$ 176.689,83;
4. A variação líquida de R\$ 196.120,07 se refere basicamente à redução total de R\$ 882.150,55; desses, R\$ 686.030,48 foram aplicados em custo de produção.
Tal redução se refere basicamente ao fim da depreciação de itens do Ativo Imobilizado – Máquinas e Equipamentos R\$ 687.316,46, Computadores e Periféricos R\$ 111.171,09 e Instalações R\$ 64.539,93;
5. O aumento da rubrica no valor de R\$ 247.537,93 se refere à tributos não recuperáveis sobre importações;





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

6. A redução da rubrica refere-se à reversão de Ativos Contingentes R\$ 16.313.871,23, ocorrida após o 1º trimestre de 2020, e ao efeito líquido no resultado da PECLD de R\$ 3.097.849,47 do 1º Trimestre de 2020; além do aumento de R\$ 2.266.739,93 referente a Fretes para entrega de vendas de Cédulas para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina, conforme quadro abaixo:

	VALORES (EM R\$)	
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	31/03/2021	31/03/2020
DESPESAS COMERCIAIS	3.684.445,14	1.437.566,20
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	124.702,35	141.203,83
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(129.285,01)	19.624.877,39
TOTAL	3.679.862,48	21.203.647,42

(d) Resultado Financeiro Líquido

	VALORES (EM R\$)	
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31/03/2021	31/03/2020
RECEITAS FINANCEIRAS	4.162.694,71	10.199.486,73
DESPESAS FINANCEIRAS	(3.572.997,73)	(3.838.792,37)
TOTAL	589.696,98	6.360.694,36

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB, como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias da SELIC e atualizações cambiais. A queda de R\$ 6.036.792,02 se refere à brusca redução da taxa de rentabilidade da aplicação concomitante com a redução do disponível.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os fatos excepcionais ocorridos na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram a compensação do prejuízo contábil do exercício no valor de R\$ 197.064.237,11 de 2020 com as Reservas para Investimentos, conforme preconiza o Art. 189, Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 e o impacto do Ajuste de Exercício Anterior que pode ser visualizado na Nota 3.

NOTA 24 – FATO RELEVANTE

Reinteração dos funcionários demitidos em 2018

O Processo nº 0100339-71.2018.5.01.0037, com decisão de segunda instância, condenou a CMB a reintegrar imediatamente os 212 empregados, com pagamento de salários retroativos à data da demissão. Além disso, houve condenação em danos morais coletivos no valor de R\$ 10 milhões de reais.

Após a publicação do acórdão, a CMB ingressou com pedido de suspensão da reintegração imediata e obteve êxito, de modo que, ao menos até segunda ordem, a empresa não precisará reintegrar esse





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º TRIMESTRE 2021

grupo. Tal providência somente ocorreria após o trânsito em julgado da decisão, ou seja, quando esgotadas as vias recursais.

Assim, a CMB ingressará com o recurso de revista ao TST para tentar modificar o julgado. Enquanto o processo correr, por força da decisão de suspensão anteriormente mencionada, não haverá a necessidade de arcar com nenhum dos valores decorrentes da condenação, salvo se a decisão de suspensão vier a ser modificada. Nesse caso, voltará a valer a decisão original que determina a reintegração imediata do grupo.

NOTA 25 – EVENTO SUBSEQUENTE

Contrato de fornecimento de Cédulas e Moedas

A CMB firmou contrato em 28/05/2021, junto ao Banco Central do Brasil – BACEN, para fornecimento de 1.746.960 milheiros de Cédulas e 383.552 milheiros de Moedas, através do CONTRATO BACEN/MECIR-50239/2021 e CONTRATO BACEN/MECIR-50240/2021, respectivamente.

Acordo de leniência com as empresas SICPA e CEPTIS

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, nesta segunda-feira (7/6), acordo de leniência com a SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda e com a CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. A SICPA, após confirmar, por meio de investigação interna, irregularidades relacionadas à Operação Vícios da Polícia Federal, relacionadas ao pagamento de vantagens indevidas a agente público entre os anos de 2009 e 2015, tomou a iniciativa de buscar as instituições celebrantes para negociação de acordo de leniência.

O valor total do acordo é de cerca R\$ 762 milhões, relativos às multas da Lei Anticorrupção (nº 12.846, de 2013) e da Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429, de 1992), a pagamento de vantagens indevidas e a enriquecimento ilícito, corrigidos pela taxa de juros Selic aplicável. Além disso, a empresa SICPA disponibilizou às autoridades informações, documentos e elementos sobre os ilícitos descobertos em sua investigação interna.

Os recursos serão integralmente destinados à União e à Casa da Moeda do Brasil.

PIS e COFINS de Órgãos Públicos – Pedido de Restituição

A CMB, através do processo 10166.728802/2017-03, recebeu o montante de R\$ 96.399.031,97, referente a pedidos de restituição efetuados do período de setembro de 2012 até julho de 2015.

Tendo em vista a discordância do valor e do regime considerado para o cálculo, a CMB interpôs recurso junto à Receita Federal do Brasil, visando o deferimento integral dos pedidos de restituição efetuados.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1º TRIMESTRE 2021**

PIS e COFINS – Indeferimento de Tutela

Em 08 de junho de 2021, a Justiça Federal do Distrito Federal proferiu, nos autos do processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, 14ª VFDF, decisão indeferindo o pedido de tutela antecipada para que a Casa da Moeda do Brasil - CMB mantivesse a utilização do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração do PIS/PASEP e da COFINS.

Contra essa decisão, a CMB interpôs o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000.

A administração está avaliando as repercussões econômicas/financeiras, para de forma fidedigna, informar seu efeito.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA
PRESIDENTE
CPF Nº 730.461.917-15

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA
DIRETOR
DE INOVAÇÃO E MERCADO
CPF Nº 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE
DIRETOR
DE COMPLIANCE
CPF Nº 053.956.847-35

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA
DIRETOR
DE GESTÃO
CPF Nº 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES
DIRETOR
DE OPERAÇÕES
CPF Nº 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO PONTES
CONTADOR
CPF: 111.991.767-02
CRC – RJ118695/O-1

